BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos



20

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O autor

Amado Luiz Cervo – Professor emérito da Universidade de Brasília e Pesquisador Sênior do CNPq. Atua na área de relações internacionais e política exterior do Brasil. Seus livros e artigos investigam a história da política exterior e a formação de conceitos brasileiros de relações internacionais, bem como as relações internacionais do Cone Sul e da América Latina, além de publicações sobre relações bilaterais. Informações completas na Plataforma Lattes do CNPq (http://www.cnpq.br/).

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 –
Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nacionalizar a economia internacional

Por volta de 2005, a economia brasileira alcança uma nova etapa rumo a sua maturidade macroeconômica. A transição que se observa então, é bem verdade, lança raízes em condições que vinham sendo preparadas há anos. Desde os anos 1930, sob impulso do paradigma desenvolvimentista, a grande estratégia consistia em nacionalizar a economia internacional. Trazer para dentro do país capitais e empresas estrangeiros, importação procurada para manter o elevado ritmo de crescimento, que era apoiado na produção para o mercado interno e no protecionismo.

O modelo resultava, com efeito, em crescimento industrial de longo prazo, po-

rém criava certos gargalos de longo prazo também, como o isolamento do país, a baixa produtividade sistêmica interna e a manutenção de características de dependência estrutural. O choque da abertura nos anos 1990 deu continuidade à tendência de importação de insumos, pois que o neoliberalismo conduziu à nacionalização da globalização, especialmente dos serviços. Mas a abertura despertou o empresariado, que não mais poderia manter-se em letargia, isolado no espaço nacional e vivendo à sombra das tarifas. Como a maturação de uma tendência é lenta, somente no século XXI toma impulso a mudança que conduz à nova etapa do desenvolvimento, a expansão para fora de empresas brasileiras.

Internacionalizar a economia nacional

Uma nação alcança essa etapa do desenvolvimento quando reúne condições adequadas para tal. No Brasil, o caminho para a

maturidade econômica foi preparado durante décadas, porém o conjunto de condições para o salto de qualidade produziu-se apenas na primeira década do século XXI.

A internacionalização das empresas brasileiras tornou-se, com efeito, possível e viável por razões mentais e materiais. Em primeiro lugar, a capitalização das empresas e a elevação de sua produtividade ao nível sistêmico global, sem o que elas não estariam preparadas para instalar-se e operar fora do país. Em segundo lugar, o nível de organização empresarial, de captação de informação e de apropriação de expertise necessárias para expandir o negócio além fronteiras. Em terceiro lugar, o apoio do Estado para visualização e aproveitamento de oportunidades a que se voltam as lideranças sociais.

Essa última condição, muito relevante, diz respeito à política exterior e supõe tanto uma mudança da mentalidade empresarial como da função do Estado. A socieda-

de comprova a mudança em curso da mentalidade empresarial, por exemplo, quando aparece, em 1994, a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica, hoje com centenas de sócios no meio empresarial. A mudança da mentalidade pública se faz na virada do milênio com a transição do paradigma desenvolvimentista para o neoliberal e deste para o Estado logístico. Logístico é o Estado que não mais dispõe dos meios de produção, tampouco entrega ao mercado seu inteiro domínio, porém repassa aos segmentos organizados da sociedade a responsabilidade pelo desenvolvimento. E lhes presta orientação e apoio, zelando, igualmente, pela harmonia na realização de interesses setoriais, cuja soma configura o interesse nacional.

A nova função do Estado pressupõe, em nossos dias, apoio político e jurídico às empresas, por meio do tratado ou do ordenamento estável para garantia dos investimentos.

Da mesma forma, a bitributação dos lucros apresenta-se como empecilho, por tal razão o governo brasileiro já tem firmado cerca de três dezenas de acordos para evitá-la.

O papel do Estado, por mais que se decante a autonomia do mercado, nunca deixou de ser essencial para a internacionalização econômica em qualquer das fases históricas de expansão e em qualquer sistema econômico.

Instrumentos e mecanismos

A internacionalização da economia brasileira se faz por meio de diversos instrumentos e mecanismos, a exemplo do que sucede com outros países que percorreram esse caminho. A ação mais relevante é o investimento direto, dito produtivo, mediante a instalação da filial, a compra total da empresa estrangeira ou a associação com ela. Existem, contudo, investimentos em ações, empréstimos e depósitos diversos, sem considerar os bancários.

O tempo figura entre os elementos de cálculo do investidor, ao qual não interessa a flutuação conjuntural, porém a perspectiva do longo prazo. A capacidade de atração, entretanto, condiciona os fluxos e o destino dos empreendimentos. Ela é determinada por ordenamento jurídico confiável, credibilidade política e estabilidade econômica. Nos últimos anos, os países emergentes, despertam nova onda de transnacionalização econômica. Com efeito, no ano 2000, 81% dos investimentos totais realizados no mundo provinham das economias avançadas, apenas 68% em 2007. Por outro lado, quando para eles dirigem-se os fluxos, influem especificamente como fatores de atratividade entre os emergentes o tamanho da economia e do respectivo mercado de consumo e o ritmo de crescimento econômico.

As condições da atratividade existentes na economia brasileira explicam o grande fluxo de investimentos diretos externos

para o país: 22 bilhões de dólares ao ano em média desde o plano real de 1994, 45 bilhões apenas em 2008. Explicam, do mesmo modo, o destino dos investimentos diretos brasileiros no exterior.

O Brasil multinacional

De acordo com relatórios do Banco Central, o estoque de investimento direto brasileiro no exterior atingiu a soma de 129,8 bilhões de dólares em dezembro de 2007, acrescentando-se o investimento de 20,457 bilhões em 2008. O assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Embaixador Rubens Barbosa, registra em artigo para o jornal *O Globo* que o Brasil ocupa então a décima quarta posição no *ranking* dos países com maior estoque de investimento direto no exterior.

O número de empresas que investem no exterior acompanha o aumento desse estoque, a demonstrar que o investimento

direto lá fora movimenta as grandes como as médias empresas. Cerca de mil empresas brasileiras operam no exterior. Os setores mais dinâmicos são representados pelas instituições financeiras, empresas mineradoras e siderúrgicas, produção energética, serviços de engenharia, alimentação e têxtil, porém a pulverização de investimentos ocorre também, envolvendo inúmeros outros setores e outras empresas.

Um dos objetivos da política exterior brasileira do século XXI tem em mira a construção da América do Sul como unidade econômica e concebe a integração produtiva como o caminho mais adequado para promover o progresso e o desenvolvimento. Governo e empresariado embarcaram nessa estratégia, o primeiro preparando o terreno político e jurídico por meio do Mercosul e da Unasul, o segundo tomando o caminho dos negócios. A necessidade de prover a região de ordenamento jurídico favorável

à expansão das empresas realizou-se, em boa medida, no Cone Sul, mas não se logrou a assinatura de acordos de garantia de investimentos com os vizinhos. Depois de exercer enorme capacidade de atração de investimentos diretos brasileiros por alguns anos, especialmente a Argentina, que mantém a atratividade, a vizinhança afugenta investidores aqui e ali. Bolívia e Equador, entre outros, preocupam, ao embargar projetos em curso de grandes empresas como Petrobras e Odebrecht.

A globalização sugere a diversificação dos destinos, porém as escolhas dependem das condições acima referidas e da afinidade cultural. A Ásia movimenta poucas empresas, a África exerce boa atratividade, a Europa e a Rússia pequena. Entretanto, em 2008, os Estados Unidos ficaram com 27,6% dos investimentos brasileiros realizados no exterior. China e Índia, povos e mercados que ostentam tamanho e dinamismo ímpares,

recebem poucos agentes brasileiros, ainda despreparados para lidar com familiaridades tão distintas.

Benefícios da internacionalização

Acompanhar a tendência da globalização econômica significa para uma economia emergente elevar-se ao nível da maturidade e manter-se nesse nível. A primeira vantagem advém da penetração nas cadeias produtivas mundiais. O fenômeno não somente espelha como induz o emparelhamento do processo produtivo, especialmente tecnológico, às condições sistêmicas de operacionalidade. Sabem bem disso as economias avançadas, ascendem a tal patamar as emergentes.

A transnacionalização de empresas beneficia o país de origem com exportações de melhor qualidade. Contribui para aumentar o valor e o quantum das exportações, elevar sua qualidade intrínseca, diversificar a pauta e mesmo os mercados.

A captação de recursos que alimentam o cofre das empresas se faz por meio de ações lançadas em outros mercados de capital e de empréstimos contratados no exterior. Por modo a reforçar a acumulação de capital e aumentar a disponibilidade para novos investimentos.

As remessas ou repatriações ocorrem rotineiramente, porém adquirem significado maior quando se destinam a resolver problemas financeiros da matriz. Ademais, compõem o balanço de pagamentos do país como nova fonte de recursos.

O reforço do poder nacional para influir, por exemplo, sobre a ordem mundial traçada pelas negociações multilaterais resulta, do mesmo modo, da presença de seus agentes econômicos nos espaços mundiais.

Para um país como o Brasil, que durante décadas estendeu o chapéu com o fim de recolher capitais, empresas e tecnologias alheias para tocar seu desenvolvimento, a

internacionalização de sua economia equivale passar à fase de *global player* e de superação da dependência estrutural. Se vivos estiverem, felizes devem estar, pois, os economistas cepalinos dos anos cinqüenta e os teóricos da dependência da década seguinte, observando que, finalmente, o país galgou o processo de desenvolvimento em seu último patamar. Bem percebeu o operário Luiz Inácio Lula da Silva, promotor da internacionalização da economia brasileira como Presidente, ao estimular os empresários a tomar o caminho do mundo e dizer-lhes: "é bom para o Brasil".

Para saber mais

BARROS, Octavio de & Giambiagi, Fabio (orgs.). *Brasil globalizado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CERVO, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2008.

Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica-Sobeet (*site* e publicações diversas).

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br